

EUGENIO RAÚL ZAFFARONI
JOSÉ HENRIQUE PIERANGELI

**MANUAL
DE DIREITO PENAL
BRASILEIRO**

Parte Geral

15.^A EDIÇÃO
REVISTA E ATUALIZADA

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital
Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiária: Rebeca Crespo Rangel

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILIA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Zaffaroni, Eugenio Raúl
Manual de Direito Penal Brasileiro : Parte Geral / Eugenio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli.
-- 15. ed. rev. e atual. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-1837-8

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Pierangeli, José Henrique. II. Título.

23-183634

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito penal 343(81)
Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/427

SUMÁRIO

NOTA À 15. ^a EDIÇÃO	7
DUAS NOVAS PALAVRAS.....	9
PRÓLOGO À 1. ^a EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO	13

PRIMEIRA PARTE TEORIA DO SABER DO DIREITO PENAL

TÍTULO I DELIMITAÇÃO DO OBJETO DO SABER DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO I - CONTROLE SOCIAL, SISTEMA PENAL E DIREITO PENAL

I – Controle social e sistema penal

1. O delito como “construção” e como “realidade”	53
2. Conceito e formas de controle social	56
3. Saber e controle social (saber e poder)	57
4. Características da manipulação ideológica	59
5. Os direitos humanos e o controle social	61
6. A importância do controle social institucionalizado ou formalizado	62

II – Sistema penal e direito penal

7. Conceito de “sistema penal”	63
8. Os distintos setores do sistema penal	64
9. Os discursos do sistema penal	66
10. Condicionamentos do sistema penal	69
11. A função social do sistema penal	70
12. O princípio da intervenção mínima na América Latina.....	72

13. O sistema penal e a lei penal.....	73
Bibliografia	75

CAPÍTULO II - O HORIZONTE DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL

I – O direito penal

14. Divisão da parte geral do direito penal	77
15. Conceito geral de direito penal.....	77
16. Denominação	78
17. O horizonte de projeção do saber do direito penal.....	79
18. O direito penal e a filosofia	79
19. O caráter público do direito penal	80

II – O objetivo da legislação penal

20. Tem sentido perguntar-se pelo objetivo da legislação penal?	82
21. As respostas usuais.....	83
22. Existe a “segurança jurídica”?	84
23. O que é a defesa social?	86
24. Tutela de bens jurídicos ou de valores éticos?	87

III – A tarefa asseguradora do direito penal no marco da ordem jurídica

25. O caráter diferenciador do direito penal.....	90
26. O caráter sancionador do direito penal e sua autonomia	91

IV – A coerção penal como meio de prover a segurança jurídica

27. O conceito de coerção penal	92
28. Crítica da tese da prevenção geral.....	93
29. Prevenção geral e função simbólica da pena.....	96
30. A prevenção penal como objetivo da pena	96
31. A prevenção especial em relação ao sujeito passivo.....	100

V – Direito penal de culpabilidade e de periculosidade

32. Direito penal de culpabilidade e de periculosidade	101
33. Direito penal de autor e direito penal de ato	105

VI – As “teorias da pena”

34. As chamadas teorias da pena	106
35. Sistemas unitários e sistemas pluralistas.....	107
36. As medidas de segurança	108
Bibliografia	110

CAPÍTULO III - FONTES, LIMITES E RELAÇÕES DO DIREITO PENAL

I – As fontes do direito penal

37. Fontes de produção e de conhecimento da legislação penal	111
38. A fonte de produção do direito penal brasileiro é a União	112
39. Fontes de conhecimento do saber jurídico-penal.....	113
40. As fontes de informação da ciência do direito penal	114

II – Legislação penal, ciência do direito penal e política criminal ou criminológica

41. Política criminal ou criminológica.....	116
42. Política criminal e legislação penal.....	117
43. Política criminológica e saber penal	118

III – O direito penal e as outras disciplinas jurídicas

44. Relações com o direito constitucional	119
45. O direito penal e os direitos humanos.....	120
46. O problema dos crimes hediondos e outras discriminações constitucionais	121
47. O esquema geral das disciplinas jurídico-penais	122
48. Relações com o direito processual penal.....	123
49. Direito penal e direito de execução penal.....	124
50. Direito penal e direito penal militar.....	125
51. Direito contravençional	126
52. Direito penal e direito do menor.....	127
53. Direito penal e direito administrativo.....	130
54. Relações com o direito internacional.....	132

IV – Relações e delimitação do direito penal com a criminologia e outras disciplinas

55. A criminologia	137
56. A criminologia positivista	138
57. A criminologia da “reação social”	139
58. As “ciências penais”	140
Bibliografia	142

CAPÍTULO IV - O MÉTODO E OS PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS DO SABER DO DIREITO PENAL

I – O problema do método no direito penal

59. A dogmática	143
60. O método dogmático como método científico.....	144
61. A necessidade prática da construção que pretende ser logicamente completa	145
62. O <i>modus operandi</i> do método dogmático	146
63. Os “fatos” que o dogmático deve levar em conta para a construção	148
64. Dogmática e ideologia.....	150
65. O método comparativo no direito penal.....	151

II – Princípios a que deve ajustar-se toda interpretação da lei penal

66. Proscrição da analogia	151
67. A interpretação restritiva ou o princípio <i>in dubio pro reo</i>	153
68. O princípio de intranscendência ou de personalidade da pena.....	154
69. O princípio de humanidade.....	155
Leituras complementares	156

CAPÍTULO V - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL

I – O direito penal antigo

70. Objeto do estudo da evolução legislativa.....	157
71. O direito penal das culturas distantes.....	158
72. O direito penal greco-romano como marco de laicização da legislação penal.....	162
73. O direito penal romano.....	164

II – O direito penal medieval e moderno

74. Os germanos	166
75. O direito penal canônico.....	167
76. O direito penal árabe.....	167
77. Os práticos e os glosadores	168
78. A Carolina	168
79. A legislação penal ibérica: Espanha	169
80. Portugal: os forais e as Ordenações do Reino	171

III – O movimento reformador do século XVIII

81. As reformas penais do despotismo ilustrado	183
--	-----

IV – A gênese da legislação contemporânea

82. A codificação do século XIX 183
83. Os principais textos do século XX 185

V – A legislação penal brasileira do século XIX

84. O Código Criminal do Império 187
85. O Código da República Velha (1890) 190
86. Os projetos de VIEIRA DE ARAÚJO 191
87. Avaliação geral da legislação penal do século XIX 192

VI – A evolução até o Código de 1940

88. O projeto GALDINO SIQUEIRA (1913) 192
89. Projetos de SÁ PEREIRA (1927, 1928 e 1935) 192
90. O projeto ALCÂNTARA MACHADO 193
91. O Código de 1940 193

VII – A legislação atual

92. A tentativa de substituição do Código de 1940: o Código de 1969 e suas reformas 194
93. A nova parte geral de 1984 195
94. Perspectiva 196
- Bibliografia 196

CAPÍTULO VI - A LEI PENAL EM RELAÇÃO AO TEMPO
E A PESSOAS QUE DESEMPENHAM DETERMINADAS FUNÇÕES

I – A lei penal no tempo

95. O princípio geral e a exceção 198
96. Leis temporárias e excepcionais 200
97. Retroatividade e medidas de segurança 201
98. O momento da ação ou omissão 201
99. As leis descriminalizadoras anômalas: leis de anistia 203

II – O direito da aplicação da lei penal em relação a pessoas que desempenham determinadas funções

100. Indenidades e imunidades 204
101. Indenidades ou imunidades absolutas parlamentares 204
102. Imunidades diplomáticas e consulares 205
- Leituras complementares 206

TÍTULO II
FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICO-POLÍTICA DO HORIZONTE DE PROJEÇÃO
DO SABER DO DIREITO PENAL (AS IDEOLOGIAS PENAIS)

CAPÍTULO VII - O SURGIMENTO
DO PENSAMENTO PENAL MODERNO: O INDUSTRIALISMO

I – As ideologias penais anteriores ao industrialismo

103. A iniludível referência às ideologias	209
104. O pensamento oriental e sua influência sobre o saber penal	210
105. O pensamento grego	212
106. Os sofistas	213
107. SÓCRATES	215
108. PLATÃO	216
109. ARISTÓTELES	217
110. O pensamento pós-aristotélico	218
111. O pensamento medieval em geral	218
112. SANTO AGOSTINHO	219
113. A escolástica medieval	221
114. A mística	222
115. O ensinamento do pensamento medieval	223

II – O industrialismo: mudanças estruturais e consequências penais

116. Revolução industrial e controle social	224
---	-----

III – O contratualismo retributivo: a defesa do capitalismo incipiente frente à nobreza

117. O talião: a indenização pela violação do contrato	227
118. As respostas ao kantismo do liberalismo (FEUERBACH) e do socialismo (MARAT) ...	230

IV – Os penalistas do contratualismo

119. BECCARIA	234
120. MELLO FREIRE	235
121. LARDIZÁBAL	237
122. ROMAGNOSI	237
123. A “escola toscana” (CARMIGNANI E CARRARA)	238

*V – A ideologia do treinamento para a produção industrial
(a ideologia da defesa do capitalismo incipiente frente às massas)*

124. As penas: do “corpo” à “alma”	239
125. BENTHAM e a “ideologia panóptica”	240

Bibliografia	242
--------------------	-----

CAPÍTULO VIII - AS IDEOLOGIAS PENAIS
DA CONSOLIDAÇÃO DO PODER DO CAPITAL NOS PAÍSES CENTRAIS E SUA
CRISE

I – O giro para o organicismo

126. O deslocamento do conflito	244
127. O organicismo social.....	245

II – A ideologia penal hegeliana

128. Hegelianismo penal.....	246
129. A projeção do pensamento hegeliano	248

III – As ideologias penais das respostas ao hegelianismo

130. O krausismo penal (correcionalismo)	248
131. A reação anti-hegeliana do “direito penal popular”	250
132. A reação nietzscheana	251
133. A reação marxista.....	252

IV – O organicismo positivista

134. O positivismo como ideologia do capitalismo incipiente consolidado no poder.....	255
135. A antropologia criminal de LOMBROSO	257
136. O positivismo penal sociológico: FERRI	258
137. A “luta de escolas”	259
138. O platonismo rudimentar de GAROFALO.....	261

V – As variantes do positivismo

139. O evolucionismo espiritualista de VON LISZT	263
140. O positivismo correcionalista: DORADO MONTERO	264
141. O positivismo jurídico	265
142. BINDING	266

VI – A crise do positivismo organicista

143. A primeira visão macrosociológica moderna do crime (DURKHEIM).....	268
Bibliografia	269

CAPÍTULO IX - A IDEOLOGIA PENAL NO “ESTADO DO BEM-ESTAR” NOS PAÍSES CENTRAIS

I – A ideologia criminal a partir da crise do positivismo organicista

144. A separação das ideologias.....	271
--------------------------------------	-----

II – As ideologias da criminologia norte-americana

145. As teorias sociológicas da unidade cultural.....	273
146. As teorias do conflito	275

III – A ideologia do tratamento

147. A ideologia do tratamento.....	277
148. A nova defesa social.....	278

IV – A ideologia do direito penal retributivo europeu

149. O neocriticismo penal.....	279
150. O neopositivismo (ou positivismo lógico ou “círculo de Viena”)	281
151. O neoescolasticismo.....	282
152. A ética material (SCHELER-HARTMANN)	283
Bibliografia	284

CAPÍTULO X - A IDEOLOGIA PENAL EM PAÍSES CENTRAIS COM DIFICULDADE DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL PRODUTIVO

I – A atitude geral do direito penal “de acumulação rápida”

153. A crítica ao “direito penal liberal”	286
154. O conceito de direito penal liberal.....	287

II – As políticas penais dos autoritarismos de pré-guerra

155. As políticas penais fascista e nacional-socialista.....	288
156. A política penal soviética de pré-guerra.....	291

III – A política penal soviética

157. O direito penal soviético da última etapa	293
--	-----

IV – Os princípios político-penais da Igreja Católica

158. A consideração dos problemas penais pelos últimos pontífices	294
Leituras complementares	297

CAPÍTULO XI - PANORAMA ATUAL
DO PENSAMENTO PENAL E A PROBLEMÁTICA PERIFÉRICA

*I – Bases filosóficas realistas provenientes
dos países centrais*

159. Existencialismo	298
160. A teoria das estruturas lógico-objetivas ou lógico-reais.....	301
161. A teoria crítica da sociedade	302

*II – Linhas político-criminais enunciadas
nos países centrais*

162. Tendências penais utópicas	304
163. A “nova direita” penal.....	306
164. A “política criminal verde”	308
165. Descriminalização, despenalização, diversificação e intervenção mínima	309

III – O pensamento penal atual na América Latina

166. O “retribucionismo” na América Latina	310
167. O perigosismo na América Latina.....	311
168. O direito penal de segurança nacional.....	312
169. A crítica penal latino-americana	313
Bibliografia	314

CAPÍTULO XII - OS CAMINHOS ABERTOS
PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DO DIREITO PENAL

I – A necessidade da fundamentação antropológica

170. A inevitabilidade das perguntas fundamentais	315
---	-----

*II – Direito penal efetivo, direito penal não efetivo
e puro exercício do poder*

171. A distinção	316
172. Quando há direito penal e quando há mero exercício de poder?	317

III – O direito penal efetivo e o direito penal não efetivo

173. Condições de efetividade do direito penal.....	318
174. Efeitos da ausência de fundamentação antropológica	325

SEGUNDA PARTE
TEORIA DO DELITO

TÍTULO I
ESTRUTURAÇÃO DA TEORIA DO DELITO

CAPÍTULO XIII - NECESSIDADE DA TEORIA DO DELITO

I – Utilidade da teoria do delito

175. Incumbência da teoria	331
----------------------------------	-----

II – Necessidade de estratificar a teoria do delito

176. Conceito de estratificação	332
177. Teoria estratificada e teoria unitária do delito.....	333
178. Estratificado é o conceito obtido pela análise, não o delito	334

CAPÍTULO XIV - ESBOÇO ESTRUTURAL

I – Os níveis analíticos da teoria do delito

179. Colocação geral.....	335
180. Representação do proceder analítico	338
181. O critério sistemático que surge da estrutura analítica.....	338

II – Outros possíveis critérios sistemáticos e sua crítica

182. Do autor à conduta	339
183. O critério objetivo-subjetivo	340

III – Evolução da teoria do delito

184. Injusto objetivo – Culpabilidade psicológica (LISZT)	341
185. Distinção dentro do injusto entendido objetivamente: a tipicidade (BELING)....	342
186. A ruptura do esquema objetivo-subjetivo.....	342
187. O tipo complexo e o finalismo.....	344
188. A teoria do delito no Brasil	345
189. <i>Excursus</i> : a discussão nos últimos anos	345
Bibliografia	348

TÍTULO II A CONDUTA

CAPÍTULO XV - CONCEITO E FUNÇÃO DA CONDUTA

I – O direito penal não altera o conceito de conduta

190. Ato de vontade e ato de conhecimento.....	353
191. O direito e a conduta humana	353
192. Não há delito sem conduta	354
193. Tentativas de desconhecimento do <i>nullum crimen sine conducta</i>	355

II – A questão terminológica

194. Conduta, ação, ato, fato	357
-------------------------------------	-----

III – Conduta implica vontade

195. Vontade e desejo	358
196. Vontade e finalidade.....	359
197. Vontade e vontade “livre”	359

IV – Estrutura da conduta

198. A antecipação biocibernética	360
199. A estrutura da conduta segundo o conceito ôntico-ontológico e sua tradição	361
200. Localização do resultado e do nexu causal	362

V – A conduta como caráter genérico comum a todas as formas típicas

201. Caráter comum para as formas típicas dolosas e culposas	363
202. Caráter comum para as formas típicas ativa e omissiva.....	364

CAPÍTULO XVI - OUTROS CONCEITOS DE CONDUTA E SUA CRÍTICA

I – A teoria causal da ação

203. Conceito geral de conduta para o causalismo.....	365
204. Crítica do conceito.....	367

II – As teorias “sociais” da conduta

205. Os seus diversos sentidos.....	369
206. Conceito “social” e teoria finalista.....	370
207. Esterilidade do conceito “social”	370

*III – As tentativas de estruturar o conceito
de conduta a partir de exigências sistemáticas*

208.	O idealismo gnosiológico não possibilita apenas o conceito causal de conduta.....	371
	Leituras complementares	372

CAPÍTULO XVII - AUSÊNCIA DE CONDUTA

I – Panorama

209.	Enumeração das hipóteses.....	373
------	-------------------------------	-----

II – Força física irresistível

210.	Delimitação	374
211.	Hipóteses de força física irresistível	375
212.	Força física irresistível “interna”	376

III – Involuntariedade

213.	Conceito e delimitação	377
214.	Estado de inconsciência.....	378
215.	Casos particulares de inconsciência.....	379
216.	A involuntariedade procurada	379
217.	Ausência de conduta na omissão	379

*IV – Importância da distinção com outros aspectos
negativos do delito*

218.	Efeitos da ausência de conduta.....	380
	Bibliografia	380

TÍTULO III
A TIPICIDADE

CAPÍTULO XVIII - ESTRUTURA DOS TIPOS PENAIS E SUAS RELAÇÕES COM
A ANTIJURIDICIDADE

I – Conceito de tipo e tipicidade

219.	Definição de tipo penal	383
220.	Tipo e tipicidade	384
221.	Outros usos da palavra “tipo”	385

II – Modalidades técnico-legislativas dos tipos

222.	Tipos legais e tipos judiciais	385
223.	Tipos abertos e tipos fechados	386

224. Outra forma de abertura típica	387
225. Tipo de autor e tipo de ato.....	387
226. A lei penal em branco	388

III – Concepções complexa e objetiva

227. A concepção objetiva do tipo penal	389
228. A concepção complexa do tipo penal	390

IV – Tipicidade e antijuridicidade

229. Panorama das distintas posições.....	392
230. Interesse, bem e norma	393
231. A antinormatividade	394
232. Tipicidade penal: tipicidade legal mais tipicidade conglobante.....	396
233. Antinormatividade e antijuridicidade.....	398
234. Atipicidade conglobante e justificação.....	398

V – Os bens jurídicos penalmente tutelados

235. A importância do bem jurídico	399
236. Conceito de bem jurídico	400
237. Precisão do conceito de “relação de disponibilidade”	400
238. A moral como bem jurídico	402
239. Pode-se prescindir do bem jurídico?	403
240. Classificação dos tipos penais em razão dos bens jurídicos afetados	404
Leituras complementares.....	405

CAPÍTULO XIX - TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO OBJETIVO

I – Panorama da estrutura do tipo doloso

241. Aspecto objetivo e subjetivo do tipo doloso ativo	406
--	-----

II – A alteração física

242. O resultado material	407
243. A relação de causalidade	408
244. A natureza da relação de causalidade.....	409

III – Os sujeitos, as referências e os elementos normativos

245. Os sujeitos.....	411
246. As referências.....	412
247. Os elementos normativos.....	412

IV – Classificações secundárias

248. Sua importância e quadro geral	413
Leituras complementares	414

CAPÍTULO XX - TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO SUBJETIVO

I – Estrutura do tipo doloso subjetivo

249. Tipos subjetivos que se esgotam no dolo e tipos subjetivos que reconhecem outros elementos.....	416
--	-----

II – Conceito de dolo

250. Definição e aspectos	417
---------------------------------	-----

III – O aspecto cognoscitivo do dolo

251. As formas de conhecimento.....	418
252. O grau de atualização exigido pelo dolo.....	419
253. Dolo e conhecimento da antijuridicidade.....	420
254. Dolo valorado e dolo desvalorado.....	420
255. Os conhecimentos requeridos pelo dolo.....	421
256. Previsão da causalidade e do resultado.....	421
257. Alguns erros sobre a causalidade	422

IV – A ausência de dolo por erro de tipo

258. O erro de tipo: sua natureza.....	426
259. Os efeitos do erro de tipo.....	428
260. As concepções tradicionais do erro e sua crítica.....	429
261. O princípio <i>error juris nocet</i> e a solução legal vigente.....	430
262. O erro de tipo não é o “erro de fato”	431
263. O erro de tipo psicologicamente condicionado.....	432

V – O aspecto volitivo do dolo

264. As distintas classes de dolo segundo seu aspecto volitivo: o dolo direto.....	432
265. O dolo eventual	433

VI – Os elementos subjetivos do tipo distintos do dolo

266. Conceito e localização	434
267. Dificuldades que acarretam para a teoria objetiva do tipo.....	435
268. Classes de tipos com elementos subjetivos distintos do dolo.....	436
269. Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo e componentes da culpabilidade.....	438

Leituras complementares.....	439
------------------------------	-----

CAPÍTULO XXI - TIPOS CULPOSOS

I – Panorama da problemática da culpa

270. Culpa e finalidade.....	440
271. Os tipos culposos como tipos abertos.....	441
272. A função do fim no tipo culposo.....	442

II – O aspecto objetivo do tipo culposo

273. A função do resultado nos tipos culposos.....	443
274. A causalidade no tipo culposo.....	444
275. A violação do dever de cuidado.....	444
276. Relação de determinação entre a violação do dever de cuidado e a produção do resultado (conexão de antijuridicidade).....	446

III – O aspecto subjetivo do tipo culposo

277. Sua natureza.....	447
278. Componentes subjetivos.....	447
279. Culpa com fim de causar o resultado.....	448
280. Culpa com representação e culpa inconsciente.....	449

IV – Outras posições a respeito da culpa e sua crítica

281. A tentativa de fundamentar a culpa na causalidade e a previsibilidade.....	450
282. Localização da culpa na culpabilidade.....	450
283. Críticas ao conceito finalista de tipo culposo.....	452
Leituras complementares.....	453

CAPÍTULO XXII - O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

I – O chamado “princípio de culpabilidade”

284. Conteúdo do chamado “princípio de culpabilidade”.....	454
285. Violação do <i>nullum crimen sine culpa</i> : a responsabilidade objetiva.....	454

II – As figuras complexas

286. A preterintenção e outras hipóteses.....	455
287. Delitos “qualificados pelo resultado”.....	456

III – O versari in re illicita e suas manifestações

288. O princípio do <i>nullum crimen sine culpa</i> e seu desconhecimento.....	457
289. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	458

290. Crítica à teoria da <i>actio libera in causa</i>	459
291. O problema da embriaguez na legislação brasileira.....	462
Leituras complementares.....	465

CAPÍTULO XXIII - OS TIPOS OMISSIVOS

I – Natureza da omissão

292. A omissão é uma estrutura típica.....	466
293. Não há omissões pré-típicas.....	467

II – A estrutura do tipo omissivo objetivo

294. Situação, exteriorização e possibilidade.....	468
295. Equivalente típico da causação.....	468
296. O autor.....	469
297. A omissão imprópria e sua problemática.....	469
298. As fontes da posição de garantidor.....	471

III – O tipo omissivo subjetivo: o dolo na omissão

299. O dolo omissivo.....	472
---------------------------	-----

IV – As omissões culposas

300. A culpa omissiva.....	474
301. Estrutura culposa e estrutura omissiva.....	475

V – Excursus político-criminal

302. O significado político-criminal da omissão.....	476
Leituras complementares.....	477

CAPÍTULO XXIV - A TIPICIDADE CONGLOBANTE COMO CORRETIVO DA TIPICIDADE LEGAL

I – Função da tipicidade conglobante

303. Remissão.....	478
--------------------	-----

II – O cumprimento de um dever jurídico

304. Natureza.....	479
305. Colisão de deveres.....	480
306. Consequências de sua natureza.....	481

III – Casos particulares de atipicidade conglobante distintos do cumprimento de dever

307. Acordo.....	482
------------------	-----

308. As intervenções cirúrgicas	484
309. As lesões desportivas.....	486
310. As atividades perigosas fomentadas.....	487

*IV – A afetação do bem jurídico como requisito
indispensável da tipicidade conglobante*

311. Dano e perigo.....	488
312. O princípio da insignificância.....	489

V – Excursus esclarecedor

313. A teoria da adequação social da conduta	489
Leituras complementares.....	490

TÍTULO IV
A ANTIJURIDICIDADE

CAPÍTULO XXV - ANTIJURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO

I – Antinormatividade e antijuridicidade

314. Ordem normativa e ordem jurídica	493
315. O conceito geral de antijuridicidade.....	493
316. Antijuridicidade formal e material.....	494
317. A justificação “supralegal” e o injusto “supralegal”.....	495
318. A politização da antijuridicidade material	495
319. Nossa posição.....	496

II – Antijuridicidade objetiva e subjetiva

320. Antijuridicidade e injusto	496
321. Outros sentidos da “objetividade” da antijuridicidade	497
322. O problema do injusto pessoal	497

III – Os tipos permissivos em geral

323. Estrutura do tipo permissivo	498
324. A congruência no tipo permissivo	499
325. O fundamento genérico dos tipos permissivos.....	500
326. Classificação dos tipos permissivos	501
Leituras complementares.....	501

CAPÍTULO XXVI - LEGÍTIMA DEFESA

I – Natureza e fundamento

327. O fundamento individual e o fundamento social	502
328. Necessidade e defesa	503

II – Características da defesa legítima

329. Bens defensáveis	504
330. A agressão injusta	504
331. A questão da provocação	505
332. Necessidade da defesa	506
333. Moderação da defesa	507
334. A defesa da administração da justiça e a vida	508
335. Aspecto subjetivo do tipo permissivo	509
336. A defesa do Estado	509
Leituras complementares	510

CAPÍTULO XXVII - OUTROS TIPOS PERMISSIVOS EM PARTICULAR

*I – A regulação legal do estado de necessidade;
justificação e excludente de culpabilidade*

337. A fórmula legal	511
338. As dificuldades enfrentadas pela teoria do estado de necessidade	512
339. As autonomias teóricas como única solução	513
340. O estado de necessidade como justificação e como exclusão de culpabilidade	513

II – O estado de necessidade justificante

341. Conceito	514
342. Requisitos do estado de necessidade justificante	515

III – O excesso nas causas de justificação

343. O conceito de “excesso”	517
344. Excesso doloso e excesso culposos	518
Leituras complementares	518

TÍTULO V A CULPABILIDADE

CAPÍTULO XXVIII - CONCEITO, FUNDAMENTO E DELIMITAÇÃO

I – Conceito de culpabilidade

345. Ideia geral.....	521
346. Evolução da teoria da culpabilidade: a teoria psicológica da culpabilidade	523
347. Evolução da teoria da culpabilidade: a culpabilidade como relação psicológica e como reprovabilidade	524
348. O ápice da evolução: a culpabilidade como reprovabilidade	524

II – O princípio de culpabilidade

349. Fundamento antropológico	526
350. A impossibilidade da culpabilidade sobre outra base antropológica	526

III – Culpabilidade de ato e de autor

351. A culpabilidade pela conduta de vida	527
352. Aristóteles e a culpabilidade pela conduta de vida	528

IV – Outros conceitos de culpabilidade

353. A chamada “cocalpabilidade”	529
354. A culpabilidade fundamentada na teoria do fim da pena	529
355. A teoria da “possibilidade de atribuição”	530
356. Inculpabilidade e impunidade	530

V – Panorama da culpabilidade normativa e sua ausência

357. Culpabilidade e inculpabilidade normativas	530
Leituras complementares	531

CAPÍTULO XXIX - A POSSIBILIDADE EXIGÍVEL DE COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE

I – Localização sistemática

358. Exigência legal	533
359. Teorias que situam a “consciência da antijuridicidade” no dolo	533
360. Teorias que situam o problema na culpabilidade.....	535
361. Nossa posição.....	536

II – Natureza

362. Consciência da antijuridicidade e consciência individual	536
---	-----

363. Natureza da compreensão da antijuridicidade.....	537
364. O conteúdo da possibilidade de compreensão da antijuridicidade.....	538
Leituras complementares	539

CAPÍTULO XXX - A INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE DE INCAPACIDADE PSÍQUICA

I – Conceito, localização e delimitação

365. Conceito de imputabilidade e inimputabilidade.....	540
366. Outros conceitos de imputabilidade	542

II – A incapacidade psíquica de entender a ilicitude no direito vigente

367. Os efeitos psíquicos que acarretam incapacidade	543
368. A enfermidade mental e o desenvolvimento incompleto ou retardado. Menoridade	545
369. Emoção e paixão	548

III – A culpabilidade diminuída

370. O conceito legal	549
Leituras complementares	551

CAPÍTULO XXXI - ERRO DE PROIBIÇÃO (INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE DE ERRO)

I – Conceito e classificação

371. Conceito.....	552
372. Classificação.....	552

II – O erro de proibição visto sob o ângulo de outras teorias do delito e do injusto

373. O erro de proibição para as teorias que situam a consciência do injusto no dolo	554
374. O erro de proibição na chamada “teoria limitada da culpabilidade”	554

III – O erro de proibição no nosso Código

375. As fórmulas legais	555
-------------------------------	-----

IV – O erro de compreensão

376. Erro de conhecimento e de compreensão	557
377. A consciência dissidente e o erro de compreensão	558
378. O erro de compreensão e o erro culturalmente condicionado em geral	559

V – Casos especiais de erro

379. Erro de proibição, de subsunção e de punibilidade.....	561
---	-----

VI – Erro de proibição vencível e invencível

380. Orientação geral.....	562
Leituras complementares.....	562

CAPÍTULO XXXII - INEXIGIBILIDADE DE OUTRA CONDUTA
PELA SITUAÇÃO REDUTORA DA AUTODETERMINAÇÃO

I – Caracterização geral

381. Diversidade de hipóteses básicas	563
---	-----

II – Estado de necessidade exculpante

382. Regulamentação legal.....	564
383. Estado de necessidade e coação	565
384. Desconhecimento e falsa suposição da situação de necessidade	566
385. Culpabilidade diminuída pelo estado de necessidade incompleto	567

III – A obediência hierárquica

386. Hipóteses distintas	568
--------------------------------	-----

IV – Impossibilidade de dirigir as ações conforme a compreensão da antijuridicidade

387. A segunda hipótese da inimputabilidade.....	570
--	-----

V – Culpabilidade supralegal

388. A inexigibilidade de outra conduta.....	570
Leituras complementares	571

TÍTULO VI
PROBLEMÁTICA ESPECIAL DA TIPICIDADE

CAPÍTULO XXXIII - A AUTORIA

I – A problemática do concurso de pessoas

389. Colocação geral do problema.....	575
390. Natureza dos conceitos de autor e partícipe	575
391. O sistema penal vigente	576

II – Autoria e participação

392. Critérios que têm sido defendidos.....	577
---	-----

393. Formas de delimitação entre autoria e participação	578
394. O critério do domínio do fato como indicador da autoria.....	579

III – Formas de autoria

395. Autoria direta e autoria mediata	580
396. Autoria e coautoria	583

IV – A autoria dolosa e a autoria culposa

397. Explicitação das diferentes bases conceituais	584
398. Consequências da diferença.....	584

V – O autor de determinação

399. Delitos de mão própria e <i>delicta propria</i>	585
400. O tipo especial de autor de determinação.....	587

VI – O cúmplice com participação de maior importância

401. Coautoria e cumplicidade necessária.....	588
---	-----

VII – Autoria mediata com determinado culpável e punível

402. A autoria de escritório	589
Leituras complementares	591

CAPÍTULO XXXIV - PARTICIPAÇÃO (INSTIGAÇÃO E CUMPLICIDADE)

I – Conceito geral

403. Natureza.....	592
404. Outras opiniões acerca de sua natureza	593
405. Deslinde acerca de outras hipóteses de concurso	595
406. Participação e favorecimento	595

II – Requisitos da participação

407. Aspecto interno da acessoriedade	597
408. Aspecto externo	597

III – Problemas particulares da participação

409. Formas especiais de configuração.....	598
410. Erro na participação.....	598
411. A chamada “comunicabilidade das circunstâncias”	599

IV – Instigação

412. Conceito e meios.....	600
413. O resultado da instigação.....	601
414. O dolo de instigação	601
415. Instigação ao suicídio e à autolesão	602

V – Cumplicidade

416. Conceito e classes	603
417. A participação de menor importância.....	603
Leituras complementares.....	604

CAPÍTULO XXXV - A TENTATIVA

I – Conceitos gerais

418. Conceito de tentativa	605
419. O fundamento da punição da tentativa.....	606

II – Estrutura do delito tentado

420. O dolo na tentativa	607
421. A consumação como limite da tentativa.....	608
422. Atos executivos e preparatórios	609
423. Classes de tentativa.....	610
424. Tentativa na omissão.....	611

III – A tentativa inidônea (delito impossível)

425. Conceito.....	611
--------------------	-----

IV – A desistência voluntária e o arrependimento eficaz

426. Fundamento e natureza	613
427. Consequências da natureza jurídica	615
428. Consequências do fundamento.....	616
429. Diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz.....	616
430. O arrependimento posterior	617
431. A tentativa qualificada	617
Leituras complementares.....	618

CAPÍTULO XXXVI - UNIDADE E PLURALIDADE DE TIPICIDADES

I – Pluralidade de crimes e de tipicidades

432. Realismo e idealismo nos concursos real e ideal	619
--	-----

II – Unidade e pluralidade de condutas ou ações

433. O problema na legislação comparada	620
434. Os sistemas dos Códigos brasileiros	621
435. A questão da unidade ou pluralidade de crimes e sua base ôntica	621
436. O sistema no Código vigente	623
437. Quando há uma e quando há várias condutas?	624
438. Casos distintos de consideração típica unitária da pluralidade de movimentos voluntários com plano comum	625
439. O verdadeiro delito continuado	627

III – Concurso formal

440. Concurso formal e unidade de conduta.....	629
441. Concurso formal qualificado	630

IV – Concurso material ou real

442. Concurso material e pluralidade de condutas	632
443. Concurso material atenuado ou falso crime continuado.....	632
444. Os graus de atenuação do concurso material	634

V – Considerações de lege ferenda

445. Crítica à lei vigente	635
----------------------------------	-----

VI – Concursos aparentes

446. O concurso aparente de tipos	635
Leituras complementares	637

TERCEIRA PARTE
TEORIA DA COERÇÃO PENAL

TÍTULO I
COERÇÃO MATERIALMENTE PENAL

CAPÍTULO XXXVII - CONDIÇÕES DE OPERATIVIDADE DA COERÇÃO PENAL

I – Conceito geral

447. Coerção formal e materialmente penal	643
448. A “punibilidade”	643
449. Condições que fazem atuar a coerção penal	645

II – As condições penais de operatividade da coerção penal

450. Ausência de causas pessoais que excluem a punibilidade	647
451. Casos especiais de causas pessoais que cancelam a punibilidade.....	649
452. A graça ou indulto como causa pessoal de extinção da punibilidade.....	650
453. Perdão judicial	651
454. A prescrição da pena como causa pessoal de extinção da punibilidade	652
455. A questão da imprescritibilidade	653

III – A prescrição no nosso Código Penal

456. Introdução.....	653
457. Prescrição da pretensão punitiva (ou da ação)	654
458. Prescrição das penas restritivas de direito	656
459. Prescrição da pretensão executória.....	656
460. Redução de prazos	657
461. Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva.....	657
462. Interrupção do prazo prescricional da pretensão executória.....	659
463. Comunicabilidade das causas interruptivas.....	659
464. Absorção de penas.....	659
465. Suspensão do prazo prescricional.....	660
466. Prescrição intercorrente	661
467. Prescrição retroativa.....	663
468. Recurso da acusação	664
469. Prescrição e leis especiais.....	664
470. Prescrição e mérito.....	665

IV – Excursus sobre as chamadas “condições objetivas de punibilidade”

471. O problema	665
472. Existem as “condições objetivas de punibilidade”?	666

V – As condições processuais de atuação da coerção penal

473. Exercício das ações	667
474. Ação penal e crime complexo	670
475. Decadência.....	671
476. Perempção.....	672
477. Renúncia do direito de queixa	673

VI – Efeitos

478. Alcance da extinção da punibilidade	675
Leituras complementares.....	676

CAPÍTULO XXXVIII - MANIFESTAÇÕES DA COERÇÃO PENAL

I – Manifestações da coerção penal no direito penal vigente: panorama geral

479. As penas do Código Penal.....	677
480. A relativa indeterminação da pena.....	678

II – O problema da pena de morte

481. A legislação brasileira.....	678
482. A pena de morte no mundo	678
483. A pena de morte não é uma pena.....	679

III – Manifestações da coerção penal excluídas da legislação penal

484. Manifestações excluídas pela Constituição Federal.....	680
485. Outras penas que não constam do Código	682
486. Penas propostas recentemente	682

IV – As penas privativas de liberdade

487. Considerações gerais.....	683
488. As penas privativas de liberdade no Código vigente.....	686
489. Cálculo do tempo da pena e detração penal	686
490. O limite máximo de duração da pena privativa de liberdade	688
491. Execução das penas privativas de liberdade	690
492. A execução das penas privativas de liberdade no Brasil	691
493. A remição pelo trabalho	693
494. Os direitos dos presos	694

V – Livramento condicional

495. Requisitos.....	695
496. Livramento condicional subordinado a condições específicas	698
497. Condições a que deve se submeter o liberado	698
498. Revogação do livramento condicional	699

VI – Penas restritivas de direitos

499. Enunciado e natureza	700
500. Conversão das penas restritivas de direitos em penas privativas de liberdade.....	701
501. Prestação pecuniária	701
502. Perda de bens e valores	702
503. Prestação de serviços à comunidade	702
504. Interdição temporária de direitos.....	704

505. Limitação de fim de semana.....	705
506. A pena pecuniária e sua crítica	706
507. O sistema do Código Penal.....	707
508. Conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade.....	708
509. A multa substitutiva.....	709

VII – Efeitos da condenação

510. Natureza.....	709
511. Confisco.....	710
512. As inabilitações acessórias	711

VIII – Reabilitação

513. Natureza.....	712
514. Direito penal de registro	713
515. Extinção das consequências da condenação	713
516. Condições para que ocorra a reabilitação	714
Leituras complementares.....	715

CAPÍTULO XXXIX - A DETERMINAÇÃO DA PENA NO CASO CONCRETO

I – Conceito de individualização da pena

517. Direito de quantificação da pena.....	716
--	-----

II – O sistema do Código Penal e a fixação da pena-base

518. Mecânica e etapas	717
519. Determinação da pena-base	719

III – Circunstâncias agravantes e atenuantes

520. Alcance da sua incidência na pena.....	721
521. Circunstâncias que decorrem de um efetivo conteúdo do injusto do delito	722
522. Circunstâncias correspondentes ao grau de culpabilidade do delito.....	724
523. Circunstâncias que decorrem de considerações político-criminais	725
524. Algumas circunstâncias inominadas	725

IV – Reincidência: circunstância agravante pelo maior conteúdo do injusto, presumido juris et de jure

525. Fundamento, natureza e crítica	726
526. Condições da reincidência na lei vigente.....	730

V – Causas de atenuação ou de agravação (escalas penais alteradas)

527. Classificação.....	732
528. Escalas alteradas pelo conteúdo do injusto	732
529. Escalas alteradas pelo grau de culpabilidade	733
530. Escalas alteradas por razões político-criminais.....	734

VI – Alguns problemas particulares da individualização da pena

531. A individualização da pena de multa.....	734
532. Individualização da pena em caso de cúmulo aritmético de privações de liberdade	735

VII – Suspensão condicional da pena

533. <i>Sursis e probation</i>	736
534. Requisitos.....	736
535. Condições	737
536. Revogação da suspensão	738

TÍTULO II
COERÇÃO FORMALMENTE PENAL

CAPÍTULO XL - MEDIDAS DE SEGURANÇA
E EFEITOS CIVIS
DA CONDENAÇÃO PENAL

I – As medidas de segurança

537. Introdução.....	743
538. As medidas de segurança do Código Penal.....	744
539. As medidas de segurança não têm limite máximo?	745

II – Efeitos civis da condenação penal

540. Reparação do dano <i>ex delicto</i>	746
541. Efeitos da sentença absolutória.....	748
Bibliografia	748

ANEXO
CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	753
Obras dos Autores.....	779